

Henrique Amorim - henriqueamorim@hotmail.com

Doutor em Ciências Sociais. Professor de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP/Guarulhos).

Mesa 04: Persistências contemporâneas del Marxismo

Título: O TRABALHO IMATERIAL: uma discussão a partir de Marx¹

INTRODUÇÃO

Trabalho, valor e classes sociais são eixos conceituais fundamentais da teoria marxiana. No percurso de construção da crítica à economia política, Karl Marx foi, ao longo de sua trajetória, organizando sua análise da sociedade capitalista até chegar à estruturação de uma teoria baseada na articulação entre a análise da exploração do trabalho assalariado, do valor como substância dessa exploração para a constituição da mais-valia e do lucro capitalista, bem como do modo como tais processos de exploração e valorização se constituem por uma histórica divisão social em classes.

Essa relação entre os conceitos de trabalho, valor e classes sociais tem sua primeira síntese em *Ideologia Alemã* (2007 [1845-1846]), ganhando profundidade em muitos de seus escritos subsequentes, até chegar, de forma mais acabada, em *O Capital* (1998 [1867]). Ora enfatizando aspectos conjunturais e políticos, ora aspectos sociais estruturais, Marx constituiu uma teoria que se movimenta por um processo de determinação conceitual, isto é, onde os conceitos de trabalho, valor e classe social se determinam reciprocamente à luz da historicidade de questões urgentes que impregnavam as sociedades europeias do século XIX.

Por um lado, há o desenvolvimento vertiginoso da indústria, com a incorporação de novas forças produtivas (maquinaria) e de massas de trabalhadores, com a consequente ampliação caótica das cidades, o aumento dos conflitos sociais e políticos vinculados à necessidade, sempre presente, de aumento da produtividade, além da intensificação do trabalho, com longas jornadas, péssimas condições e baixos salários. Por outro lado, surgem as organizações de trabalhadores (socialistas, comunistas e anarquistas), a organização da liga dos comunistas, os congressos de trabalhadores e os jornais e periódicos revolucionários. Trata-se de alguns dos acontecimentos históricos centrais para Marx e que balizam sua análise das sociedades capitalistas europeias e, generalizando os processos históricos e sociais que presenciou, os contornos estruturais da relação entre capital e trabalho.

¹ Essa comunicação é fruto de pesquisa desenvolvida com o apoio da FAPESP.

Esse tripé conceitual, que estrutura a problemática de Marx, teve, nas últimas décadas, sua validade contestada. No centro dessa crítica, estava a tese segundo a qual as sociedades capitalistas contemporâneas teriam deslocado, de alguma forma, seu centro dinâmico para além da produção e do trabalho na indústria. De uma forma geral, o trabalho e a produção de mercadorias não teriam acabado. No entanto, a produção de mercadorias teria dado lugar a outras expressões sociais e políticas que se tornariam, heterogeneamente e em conjunto, base para a constituição da sociabilidade e da política contemporâneas.²

Tal perspectiva parte da interpretação de que a análise marxiana estaria restrita à análise das formas de produção que se desenvolveram desde o século XVIII até aproximadamente a década de 1960,³ isto é, o período que compreende a introdução da maquinaria e da grande indústria na Europa e todo o processo de radicalização desse tipo de produção que se desenvolveu ao longo do século XIX, somadas às práticas de racionalização gerencial tayloristas e ao aparato tecnológico de controle e domesticação social introduzido por Henry Ford nas primeiras décadas do século XX, nos Estados Unidos. Tal perspectiva pressupõe também que, nesse longo período, que vai do século XVIII aos anos 1960, a produção teria se baseado particularmente na classe operária, que executava um trabalho manual. Tratava-se de um conjunto de trabalhadores que, por ter um trabalho mais ou menos homogêneo, teria também cultura, hábitos, ideologias, sentimentos, filiações partidárias e sociais também homogêneas. Portanto, esse operariado foi pressuposto, pelas teorias críticas ao paradigma produtivo, como um bloco indistintamente homogêneo que, por estar no centro da produção de mercadorias, se alçava como sujeito da revolução socialista.

Com base nessa leitura, com as transformações na produção a partir da década de 1960, sobretudo com a introdução da produção toyotista, da microeletrônica e da automação, não mais predominantemente baseadas no trabalho manual, a produção baseada nesse tipo de trabalho, que percorreu todo o século XVIII e XIX até chegar aos anos 1960, teria perdido sua hegemonia. A produção toyotista parecia não seguir o mesmo padrão produtivo e apresentava o trabalho intelectualizado como a nova e principal força produtiva das sociedades capitalistas contemporâneas.

À primeira vista, o novo “modelo” produtivo toyotista e flexível se distanciava significativamente de seu predecessor. Com a introdução do processo de automação das indústrias, as formas de trabalho tipicamente fordistas, que vinculavam o trabalhador a um posto específico de trabalho e que eram determinadas pelo trabalho fundamentalmente manual, foram substituídas por engrenagens tecnológicas automatizadas, nas quais o

² Ver, por exemplo, Inglehart (1997), Offe (1994), Bell (1977), Touraine (1970) e Habermas (1987).

³ Ver, entre outros, Dahrendorf (1982 [1957]).

trabalhador teria sido “posto para fora do processo de trabalho estrito senso”.⁴ Assim, sem uma intervenção direta do trabalhador nos processos de trabalho, ele teria se tornado basicamente um vigia da máquina. Além disso, essa vigilância se apresentaria como uma atividade multifuncional. O trabalhador polivalente dessa nova indústria seria o responsável pelo funcionamento e pela manutenção de várias máquinas robotizadas, o que, de alguma maneira, demandava qualificações predominantemente intelectuais, que configuravam um processo contraditório: ao mesmo tempo em que a introdução de novas tecnologias expulsava uma grande quantidade de trabalhadores das fábricas, agora automatizadas, esse tipo de produção demandava trabalhadores intelectualmente qualificados, isto é, que tivessem como elemento constitutivo de suas qualificações profissionais o conhecimento e a informação.

Para que os autores da “economia do conhecimento”⁵ justificassem essa suposta ruptura com as formas de produção até os anos 1960, nada melhor que ilustrá-la utilizando as teses do próprio Marx. Assim, poder-se-iam matar dois coelhos com uma só cajadada, isto é, demonstrar a tendência de substituição do trabalho material pelo imaterial e a superação da teoria marxiana. Foi nesse sentido que os *Grundrisse* de Marx (2002, 2011 [1857-1858])⁶ foram fartamente trazidos à discussão, para exemplificar, como o próprio Marx já havia previsto, essa substituição e demonstrar que ela seria fruto do desenvolvimento automático das forças produtivas da própria indústria.⁷

Nessa aspiração revolucionária das forças produtivas, sob o signo de que o conhecimento não poderia ser fonte do valor, dada a sua imensurabilidade, a relação entre tempo de trabalho e tempo livre foi apresentada como chave para descrever o esgotamento da produção industrial e, sendo o marxismo supostamente uma teoria do industrialismo, apresentou-se sua própria caducidade. Teríamos, portanto, não uma revolução, mas uma passagem, não uma ruptura, mas um esgotamento natural, não uma luta de classes sociais antagônicas, mas um arranjo e uma conciliação política entre grupos sociais heterogêneos.

Como consequência dessa argumentação, o tempo livre passaria a ser a medida da riqueza, subordinando o tempo de trabalho necessário como medida do valor. O trecho dos *Grundrisse* de Marx mais usado para qualificar essa compreensão foi:

⁴ Sobre essa discussão, ver Ruy Fausto (1989) e Amorim (2009).

⁵ Permito-me aqui uma generalização em relação aos autores que indicam que o trabalho imaterial seria, tendencialmente, a principal força produtiva nas sociedades capitalistas contemporâneas. Assim, tomo emprestado de Gorz (2005) a expressão “economia do conhecimento” para designar os autores que se valem dessa indicação geral, precisando, ao longo do texto, as especificidades de cada autor.

⁶ Cotejo duas traduções dos *Grundrisse*: a da Editora Boitempo (2011) para o português e a da Siglo Veintiuno Editores (2002) para o espanhol.

⁷ Ver: Amorim (2013).

O capital aumenta o tempo de mais-trabalho mediante todos os recursos da arte e da ciência, pois sua riqueza consiste diretamente na apropriação do tempo de mais-trabalho; uma vez que seu objetivo é diretamente o valor, não o valor de uso. Assim, e apesar dele mesmo, ele serve de instrumento para a criação de tempo disponível em escala social, para reduzir a um mínimo decrescente o tempo de trabalho de toda a sociedade e assim, tornar livre o tempo de todos para o seu próprio desenvolvimento. Todavia sua tendência, porém, é sempre, por um lado, a de criar tempo disponível, por outro lado, de convertê-lo em trabalho excedente. Quando tem pleno êxito, o capital experimenta uma superprodução e, então, o trabalho necessário é interrompido porque não há trabalho excedente para ser valorizado pelo capital. Quanto mais se desenvolve esta contradição, mais se faz evidente que o crescimento das forças produtivas já não pode estar ligado à apropriação de trabalho excedente alheio, mas sim que a massa operária mesma deve se apropriar de seu mais-trabalho (Marx, 2002, p. 231-232; 2011, p. 590-591).

Descolado, especificamente, dos *Grundrisse* e, em geral, da obra de Marx, esse trecho motivou a interpretação de que o desenvolvimento das formas de trabalho imaterial (cognitivas) se apresentaria como uma tendência social que teve seu início nas sociedades economicamente mais desenvolvidas (Europa Ocidental, EUA e Japão), nos anos 1960, e que se estenderia, inevitavelmente, para a periferia do capitalismo. As forças produtivas imateriais seriam, portanto, apresentadas como tendencialmente centrais para o próprio desenvolvimento do capitalismo. Não obstante, em seu desenvolvimento, contraditoriamente, estariam, explicitadas as limitações da relação entre capital e trabalho.

É dentro desse conjunto de argumentos que está posto o principal questionamento deste artigo: a que conceitos de trabalho, valor e classe social as teses que consideram o trabalho imaterial a força produtiva central nas sociedades contemporâneas se referem?

No início da década de 1990, com Maurício Lazzarato, Antonio Negri e André Gorz, a discussão sobre o trabalho imaterial se avolumou, e a reflexão que esses autores propunham respondia a interpretações específicas dos conceitos de trabalho, valor e classe social. Específicas no sentido de que, apesar de podermos identificá-las no espectro mais geral da teoria marxista, não podem ser evidenciadas na obra de Marx. Ou seja, apesar de as teses sobre o trabalho imaterial como força produtiva central endereçarem sua crítica particularmente a Marx, elas realizaram uma interpretação alheia a esse autor. Consideram, assim, o conceito de trabalho com base apenas no trabalho manual (físico) realizado na fábrica, de valor como uma expressão mensurável aritmeticamente da exploração do trabalho manual e de classe trabalhadora ou proletariado como sinônimo de classe operária, sujeito desse processo de valorização e, por conseguinte, sujeito político revolucionário por excelência.

Na tentativa de aparar as arestas em relação às diferenças entre os conceitos de trabalho, valor e classe social formulados por Marx e a interpretação desses conceitos realizada pela “economia do conhecimento”, nossa argumentação tem como objetivo, ao problematizar as principais teses que envolvem a discussão sobre o trabalho imaterial, apresentar uma leitura alternativa que tenha como ponto de partida a análise marxiana no que se refere aos processos de produção, caracterizando-os como processos que são determinados historicamente pelo antagonismo social e que podem ser analisados com base nos conceitos de trabalho, valor e classe de Marx. Nesse sentido, é fundamental discutir as diferenças entre trabalho imaterial e trabalho material, a relação do trabalho imaterial com a produção de mais-valia e com as classes sociais, além de indicar pistas, em uma conjuntura na qual a precarização do trabalho se apresenta como regra, sobre o lugar do trabalho imaterial nesse processo.

TRABALHO IMATERIAL E TRABALHO MATERIAL

Em que medida podemos diferenciar conceitualmente o trabalho imaterial do trabalho material? Em linhas gerais, para Gorz (2005), Lazzarato (1993; 1992), Negri (2002; 2004), e Lazzarato e Negri (1991), o trabalho imaterial é apresentado como um trabalho sem substância física e que tem sua fonte predominante em trabalhos intelectuais que podem estar relacionados à prestação de serviços, à administração, à gerência e ao controle dos processos de trabalho, ou mesmo a atividades produtivas que têm como fundamento o conhecimento e a informação utilizados dentro dos processos de trabalho. A informação e o conhecimento são, assim, considerados o núcleo duro do trabalho imaterial.

Esse tipo de trabalho, segundo Gorz (2005), passaria, diferentemente do trabalho manual, a acionar a criatividade, a rapidez de raciocínio, a responsabilidade de comandos decisórios e as formas de inteligência do trabalhador, fazendo surgir uma “economia do conhecimento”. Essa “economia do conhecimento” seria, com isso, “[...] a principal fonte de valor e de lucro, e assim [...] a principal forma de trabalho” nas sociedades contemporâneas (Gorz, 2005, p. 29). No entanto, tais atividades teriam uma dupla dimensão. Ao mesmo tempo em que se tornariam fonte do valor, se apresentariam como imensuráveis, já que o conhecimento, fundamento dessa atividade, “não é mais redutível a uma quantidade de trabalho abstrato” (2005, p. 29). Dessa forma, esse caráter peculiar dos trabalhos imateriais e cognitivos foi considerado como fruto do conteúdo intelectual heterogêneo que tal atividade inscreve. Portanto, Gorz procura distinguir a imaterialidade do trabalho como o exato oposto

do trabalho manual, sendo esse último um trabalho no qual a dimensão cognitiva estaria completamente ausente e no qual a homogeneidade de funções prevaleceria.

Já para Lazzarato (1990), valendo-se particularmente das transformações tecnológicas implementadas nas fábricas toyotistas nos anos 1960 e 1970, o conteúdo das atividades produtivas tenderia a substituir o operário especializado pelo operário polivalente. Esse operário polivalente desenvolveria uma nova subjetividade, de comando, distinta daquela taylor-fordista, rotinizada, diante do conjunto das máquinas e robôs. A atividade do operário polivalente não seria, assim, uma atividade padronizada, tornando cada vez mais difícil sua mensuração, sobretudo por estar “[...] fundada sobre decisões cada vez mais difíceis de serem prescritas” (1990, p.158). Segundo Lazzarato, a imediata consequência disso é que a organização da produção capitalista é forçada a devolver a subjetividade ao trabalhador, na medida em que depende de seu desenvolvimento intelectual para gerar lucro.

Sintetizando os elementos que Gorz e Lazzarato indicaram acima, Negri define o trabalho imaterial como “[...] aquele que produz os bens imateriais como a informação, os saberes, as ideias, as imagens, as relações e os afetos” (Negri, 2004, p. 44) e que “[...] hoje, no período no qual o trabalho imaterial está qualitativamente generalizado e tendencialmente hegemônico, o intelectual se encontra completamente no interior do processo de produção [sendo, portanto] o novo sujeito, poder constituinte, potência do comunismo” (Lazzarato; Negri, 2003).

Para entender como se fundamenta a tese segundo a qual as sociedades contemporâneas teriam como principal força produtiva o trabalho imaterial, é necessário partir da compreensão do que seria o trabalho material e também do que seria materialidade, o que nos remete diretamente à relação entre trabalho manual e trabalho intelectual, sobretudo no sentido de compreender em que medida tais conceitos não são *tipos ideais* que se opõem dicotomicamente. Esses conceitos são, em Marx, abstrações concretas, que se determinam reciprocamente, isto é, conceitos que exprimem interdependências históricas contraditórias, caracterizadas na organização das atividades de execução e de elaboração da produção e manipuladas pelo capital de distintas maneiras e com conteúdos diferentes em também diferentes formações sociais e conjunturas históricas, com o objetivo de, ao (re)organizar a classe trabalhadora, reproduzir sua condição de classe explorada e dominada socialmente.

Dito isso, interrogamo-nos: de que forma o trabalho intelectual se apresentaria como um antípoda do trabalho manual? A resposta se impõe: de nenhuma forma! Toda atividade humana, no capitalismo ou em outros modos de produção, depende de graus de intelecção variados. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (2004 [1844]), Marx observou que toda atividade humana é um processo de exteriorização e, nas *Teses sobre Feuerbach* (1993,

[1845]), indicou, de maneira mais acabada, que se tratava de um processo de objetivação da subjetividade humana, isto é, um pôr-se no mundo, em sucessivas sínteses historicamente determinadas, o que rompe teoricamente com qualquer dualidade metodológica entre sujeito e objeto. Dessa forma, qualquer atividade humana, seja ela intelectual ou manual, fundamenta-se, desde Marx, como um processo no qual subjetividades são objetivadas em um modo de produzir, em um modo de vida. Trata-se, portanto, de uma objetivação que tem por fundamento a marca da subjetividade histórica. Nesse sentido, o trabalho manual e o trabalho intelectual são necessariamente conceitos que expressam uma realidade contraditória. Sua formulação, dentro de um processo analítico de determinações conceituais, tem como objetivo permitir uma análise dialética do trabalho vivo, observando, em suas várias formas, o predomínio de atividades manuais ou intelectuais.

Portanto, os trabalhos manuais e intelectuais não estão alheios a esse processo histórico de sucessivas objetivações. São, na prática, expressão dele. No entanto, há diferenças sociológicas que podem distingui-los. Essas diferenças, se permanecermos dentro da análise marxiana, dizem respeito às variações de conteúdo. Existem, assim, coletivos de trabalho que cavam, outros que mineram, outros que plantam, outros que operam máquinas, outros que montam aparelhos eletrônicos, outros que administram e gerenciam processos de trabalho, outros que combinam componentes para estruturar engrenagens tecnológicas, outros que projetam turbinas e bombas nucleares, isto é, há diferenças em relação aos conteúdos desses trabalhos, que são significativas na medida em que sua articulação produtiva incide na organização técnica desses coletivos de trabalho, nas políticas educacionais e de qualificação profissional estatais e nos investimentos em setores industriais particulares que, em conjunto, (re)organizam as formas de elevação da produtividade do trabalho para a ampliação do lucro capitalista.

Do ponto de vista da utilidade – e o capital procura incentivar essa variedade de qualificações profissionais –, tais atividades podem ser lidas com base no conceito de *trabalho concreto*. Trabalhos que têm características próprias e são, em si, diferenciáveis uns dos outros. Não obstante, as sociedades, e não a teoria marxiana – é bom que se diga – estabeleceram formas de troca mercantil no capitalismo em que essas características singulares do trabalho foram diluídas. Essas trocas se constituíram não com base nas características particulares desses trabalhos, mas com base em algo comum a todas elas. Marx chamou esse elemento comum, presente em todos os trabalhos, no capitalismo, de *trabalho abstrato*, definindo-o como tempo de trabalho médio socialmente necessário à produção de mercadorias. As mercadorias são trocadas, portanto, não pela sua utilidade, mas pelo trabalho nelas sintetizado. Assim, o trabalho concreto, particular, específico e distinguível se subordina

histórico-socialmente ao trabalho abstrato, isto é, um trabalho em geral e que expressa diferentes quantidades de valor, fator que os torna socialmente intercambiáveis.

O trabalho abstrato, assim, é apresentado por Marx em *O Capital* (1998) como um regulador das trocas mercantis. Portanto, do ponto de vista da troca de mercadorias no capitalismo, não importa a particularidade dos trabalhos concretos, mas sim como, com base neles, é possível aumentar a produtividade do trabalho abstrato para a valorização do capital. Nesse sentido, o empreendimento capitalista se destina ora à produção de livros, ora à produção de carros, ora à produção de discos, ora à produção de *softwares*, ora à produção de operários manuais, ora à de operários intelectuais e, na maioria das vezes, combina desigualmente todas essas formas de trabalho, observando, nessas variações de investimento, as possibilidades de ampliação do lucro baseada na exploração mais intensa e (ou) extensa da jornada de trabalho, a depender do país e de sua legislação trabalhista.

Contrariamente, os argumentos centrais do debate sobre a imaterialidade do trabalho, de Gorz (2005) a Negri (1992), de Lazzarato (1993) a Moulner-Boutang (2007), estão ancorados no conteúdo do trabalho, isto é, no conceito de trabalho concreto. Isto os faz projetar o desenvolvimento (dentro do capitalismo), primeiro, de qualificações profissionais intelectuais não subordinadas ao controle do capital e, segundo, de sujeitos sociais que fariam radicalizar o processo de insubordinação do trabalho imaterial, haja vista sua singular e revolucionária constituição.

Portanto, essa conclusão parte de uma compreensão vulgar do trabalho assalariado, ao descolar a produção de mercadorias intangíveis das formas de produção tipicamente capitalistas. Para esses autores, a imaterialidade do trabalho não tem, assim, sua determinação nas formas de produção, na rede de relações que fundamentam um modo particular de produzir, mas no conteúdo que é manipulado ou concebido nos processos de trabalho. Com isso, os autores da “economia do conhecimento” concluem que a brutalidade e a estupidez do trabalho manual estariam em oposição à criatividade, à inteligência e à versatilidade do trabalho imaterial, cognitivo e intelectual como se ambos estivessem separados por condições objetivas radicalmente distintas.

Em contraposição a essa perspectiva, Marx nos lembra de que: “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa” (1998, p. 45). Portanto, a produção de conhecimento ou de automóveis pode ou não estar sob condições historicamente determinadas pelo capital. Sua produção não é determinada pelos conteúdos do trabalho e do produto desse trabalho. O que está em jogo, na produção de mercadorias intangíveis ou

tangíveis, é a forma como ela, a produção, foi organizada. Se o objetivo dessa produção é produzir uma quantidade maior de mercadorias em um tempo cada vez mais reduzido, sob o regime de assalariamento, trata-se ainda, inevitavelmente, da produção de mais-valia.

A imaterialidade do trabalho, proclamada pela “economia do conhecimento”, sugere, por fim, que a produção de mercadorias industriais e, com isso, a teoria marxista, teriam sido colocadas em xeque. Não obstante, essa assertiva tem como fundamento que a reprodução das relações de produção capitalistas estaria assentada apenas no trabalho manual. Com a redução do número de postos de trabalho manuais na Europa, nos Estados Unidos e no Japão a partir de 1960, e com o ascenso dos trabalhos imateriais, a economia baseada na produção de valor estaria fadada ao declínio. A materialidade do trabalho é, assim, confundida com sua natureza física. Há, portanto, nessa interpretação um reducionismo analítico, no sentido em que se consideram sólidos apenas os elementos físicos do processo de produção, e não as relações sociais de produção, os valores, as expressões simbólicas e os confrontos políticos, sínteses da luta de classes, que estruturam essa produção.

TRABALHO IMATERIAL E VALOR-TRABALHO

Ao desenvolver a hipótese geral trabalhada neste texto, isto é, a de que há uma compreensão reducionista dos conceitos de trabalho, valor e classe social em Marx, realizada pelos autores que identificam o trabalho imaterial como força produtiva central em nossos tempos, procuramos, no primeiro item, demonstrar os equívocos dessa indevida apropriação, mostrando em que se fundamenta a materialidade histórica da produção capitalista e enfatizando a recíproca determinação entre os conceitos de trabalho manual e trabalho intelectual. Não obstante, essa discussão merece um desdobramento dialético, já que ela se fundamenta na produção de valor, isto é, no momento em que se interroga: que tipo de produção e de trabalho produz valor? Para a “economia do conhecimento”, seria apenas uma produção baseada no trabalho manual e medida pelo tempo de trabalho despendido.

Seguindo os argumentos levantados no primeiro item deste artigo, é necessário escavar mais profundamente as relações sociais e explicitar, com base nelas, os equívocos dos argumentos que fundamentam, segundo Moulrier-Boutang (2007), a tese do “capitalismo cognitivo”, sobretudo no que se refere à produção de valor e à compreensão, por parte desses teóricos, do que seria o valor em Marx. Assim, a tese de que as sociedades capitalistas tendencialmente estariam caminhando em direção a um novo tipo de organização social, denominado como “*capitalismo cognitivo*”, apresenta-se como alternativa à crítica da

economia política capitalista e à necessidade de superação do antagonismo classista, fundado na relação contraditória entre capital e trabalho assalariado.

Contrariando essas teses, segundo dados da *Relação Anual de informações Sociais* (RAIS) e do *Ministério do Trabalho e Emprego* (MTE), no Brasil, por exemplo, podemos notar que o número de operadores de *telemarketing* empregados, no que se refere aos anos de 2002 a 2013, mais do que triplicou, passando de 125 mil postos de trabalho a 419 mil postos. Em relação aos analistas de sistemas computacionais, o número sai de 89 mil postos de trabalho para 250 mil. Esses trabalhadores estão, em sua imensa maioria, vinculados a grandes empresas capitalistas, que se utilizam de sua força de trabalho, com baixíssimas condições e com elevados índices de rotatividade no trabalho. Não há, entre esses trabalhadores, do ponto de vista da criação ou do controle da produção, nenhuma diferença em relação ao operário fordista. Os operadores de *telemarketing* têm hoje, no Brasil, grandes índices de insatisfação e doenças no trabalho, em decorrência do elevado grau de repetição e de rotinização de suas funções, que são estimuladas pela organização gerencial e fruto das rígidas regras de controle de desempenho de produtividade, caracterizadas pela imposição de metas produtivas, ocasionando, na maioria das vezes, o abandono do trabalho.

Diante disso, a compreensão do que é valor em Marx e de como ele é criado precisa ser analisada. Voltando a Marx para esclarecer esse aspecto do debate, interrogamo-nos: em que medida o valor pode ser aritmeticamente quantificado ou calculado? Endereçar essa questão à teoria do valor-trabalho de Marx é pressupor que ela contém uma determinação do valor como um elemento aritmeticamente mensurável. Contrariamente, Marx identifica, em *O Capital*, o valor como resultado de um “[...] dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos e mãos” (Marx, 1998, p. 51), que se torna uma mercadoria, no momento em que, ao negar a sua utilidade, pode, na forma de quantidades abstratas de trabalho, ser trocada por outras mercadorias.

No entanto, a “economia do conhecimento” alega haver, em Marx dos *Grundrisse*, os primeiros elementos que justificariam a superação do capitalismo através da produção imaterial. Gorz, por exemplo, afirma que o trabalho “[...] deixa de ser mensurável em unidades de tempo. Os fatores que determinam a criação do valor [passam a ser] o componente comportamental e a motivação, e não o tempo de trabalho despendido” (Gorz, 2005, p. 10). No entanto, acrescenta que, quando o conhecimento passa a ser capitalizado, cria-se uma nova fronteira que suprime a dependência do suporte físico e humano para circular. “Quanto mais se propaga, mais útil ele é à sociedade. Seu valor mercantil, ao

contrário, diminui com a sua propagação e tende a zero” (Gorz, 2005, p. 10).⁸ Formar-se-ia, com isso, uma “*economia do conhecimento*”, na qual as relações mercantis e de troca capitalistas seriam superadas, como foi supracitado. Nesse sentido, a produção imaterial colocaria a produção de valor em xeque, na medida em que não seria mais possível quantificar, em unidades de tempo, o valor produzido nas mercadorias imateriais. Essa economia seria, ela própria, a negação do capital.

Uma das passagens mais utilizadas dos *Grundrisse* para fundamentar o argumento sobre a centralidade do trabalho imaterial é:

Na grande indústria a criação da riqueza torna-se menos dependente do tempo de trabalho e do quanto de trabalho empregado, que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que a sua vez – seu *powerful effectiveness* – não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, depende muito mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação desta ciência à produção (Marx, 2002, p. 228-229).

Desdobrando seu raciocínio em um exercício lógico, Marx leva às últimas consequências, em seus rascunhos, a tendência de o trabalho morto substituir completamente o trabalho vivo, pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia aplicadas à produção.⁹ Nesse sentido, projeta, na passagem acima, a perspectiva de uma transformação lógica e não histórica, isto é, automática, fruto do desenvolvimento do próprio capitalismo e não pautada pela luta de classes. Seria, dessa forma, um atribuir ao desenvolvimento das forças produtivas um papel transformador das relações sociais e dar a elas o estatuto de autônomas? Não obstante, em outra passagem, Marx indica que a “[...] riqueza não é disposição de tempo de mais-trabalho (riqueza efetiva), mas sim ‘tempo disponível, à parte e usado na produção imediata, para cada indivíduo e toda a sociedade’” (Marx, 2002, p. 229). De um lado, Marx vislumbra a substituição do tempo de trabalho por ciência e tecnologia; de outro, entende que riqueza seria o tempo disponível usado na produção para toda a sociedade.

Nessas duas passagens, há duas faces de uma mesma moeda. Na primeira, ao projetar o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, entende que as condições materiais para a transformação estrutural das sociedades capitalistas já estão postas nelas mesmas, isto é, que

⁸ Em *Les Chemins du Paradis*, Gorz afirma que: “O tempo de trabalho não poderá mais ser a medida do valor econômico. O salário não poderá mais estar em função da quantidade de trabalho, nem o direito a uma renda estar subordinado pela ocupação de um emprego” (1983, p. 69).

⁹ É exatamente de uma interpretação determinista das forças produtivas (ciência e tecnologia aplicadas à produção) que Gorz retira sua compreensão sobre o devir histórico, ao afirmar que: “Os “*progressos tecnológicos*” conduzem [...] inevitavelmente à questão do conteúdo e do sentido do tempo disponível. Ainda mais: interrogam a natureza de uma civilização e de uma sociedade que valoriza mais o aumento do tempo disponível que o aumento do tempo de trabalho e para as quais, por consequência, a racionalidade econômica não rege mais o tempo de todos” (1988, p. 17-18).

não se trata de uma fundamentação utópica sobre a necessidade de construção política do socialismo, mas que, no próprio capitalismo, se constituíram os elementos que permitem tal construção revolucionária. A segunda alerta para o fato de que, com base apenas no desenvolvimento da produção capitalista, não há possibilidade alguma de um empreendimento revolucionário ser levado a cabo, já que não se apresenta como possibilidade material que *“cada indivíduo e toda a sociedade”* se utilize do tempo disponível. Isso nos remete à pressuposição, sempre presente em Marx, de que a apropriação da produção de mercadorias no capitalismo e, portanto, do tempo disponível é sempre privada.

Nesses termos, a sociedade capitalista é regida para atingir cada vez maiores excedentes produtivos, sendo que o tempo que se “libera”, no processo de substituição de trabalho vivo por trabalho morto, não se dá na forma de libertação do trabalhador, mas sim na forma do desemprego, da subcontratação, do subemprego, da terceirização, da intensificação da exploração do trabalho, da diminuição drástica da seguridade do trabalho, dos salários indiretos e dos direitos sociais. Nas sociedades capitalistas, salvo alucinação coletiva, a classe trabalhadora não usufrui do tempo de trabalho liberado pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia aplicado à produção de mercadorias, já que esse tempo é liberado de forma negativa. A diminuição do tempo de trabalho necessário (material ou imaterial) não constitui, automaticamente, um tempo disponível para toda a sociedade, na medida em que esse tempo liberado tem por objetivo reduzir os custos com a força de trabalho, barateando as mercadorias e, assim, aumentar as taxas de mais-valia apropriadas privadamente pelo capital.

Nesse sentido, a produção capitalista tem como fundamento, não apenas hoje, mas desde seu início, o desperdício de recursos humanos e a intensificação da exploração daqueles trabalhadores que permanecem em seus trabalhos”. Diante disso, por que não invertermos a questão e entendermos esse processo de utilização da força de trabalho intelectual como mais uma fronteira em que o capital avança para se valorizar? Por que não analisarmos esse processo como um desenvolvimento das formas de exploração do trabalho que, nos últimos quarenta anos, combinam a produção de mercadorias informacionais, comunicacionais e também de roupas, sapatos, automóveis e casas? E, por fim, por que a intangibilidade das mercadorias imateriais impediria a produção do valor?

A resposta dada pela “economia do conhecimento” a essa última questão se fundamenta, como tentamos demonstrar neste item, em uma incompreensão do conceito de valor-trabalho e, sobretudo, da noção de tempo de trabalho em Marx. Ou seja, uma incompreensão que se assenta na indicação de que, de um lado, apenas a produção de mercadorias físicas seria passível de ser codificada pelo capital e, de outro, a produção imaterial se apresentaria como negação do capital na medida em que não admitiria ser

quantificada em unidades de tempo de trabalho. Portanto, em vez de se ater a como se produz *a* sociedade capitalista, a “economia do conhecimento” se atém a como se produz *na* sociedade capitalista, em vez de se ater às relações sociais que conformam a produção imaterial, se atém à substância física ou abstrata da matéria-prima utilizada nessa produção. A materialidade passa a ser entendida, dessa forma, como sinônimo de fisicidade. Com isso, a perspectiva histórica, fundamentada pela síntese de relações sociais antagônicas, reduz-se à materialidade das coisas físicas, como se essas coisas não fossem, elas também, expressão e síntese de relações sociais.

TRABALHO IMATERIAL E CLASSES SOCIAIS

Chegamos a um dos pontos mais controversos do debate acerca do trabalho imaterial: a relação entre a imaterialidade do trabalho e as formas de luta política. Se o trabalho manual e o valor-trabalho foram supostamente superados por uma economia fundada no conhecimento e na informação, a derivação lógica, para os autores que sustentam esse raciocínio, é a de que cairia, com eles, o sujeito desse processo, isto é, a classe operária.

Para a “economia do conhecimento”, a classe operária teria prevalecido politicamente durante os últimos três séculos até os anos 1960. A partir dessa década, com as transformações produtivas da indústria automatizada e flexível, uma heterogeneidade de sujeitos políticos se apresentaria, tomando seu lugar na cena política. Seguindo o raciocínio desses autores, a classe operária seria aquela que executa um trabalho manual rotinizado, controlado rigidamente por supervisores e capatazes, no qual as funções e especializações produtivas seriam predominantemente homogêneas e facilmente controladas pelo capital. Com base nisso, a classe operária foi considerada como um bloco homogêneo de indivíduos vinculados diretamente a um tipo de produção fabril.

Apesar de haver uma gama de hierarquias profissionais, de rendas, de diferenças étnicas, de cor, sexuais, geográficas, políticas e ideológicas entre os trabalhadores localizados nas indústrias taylor-fordistas instaladas pelo mundo, prevaleceria a homogeneidade de sua atividade produtiva como critério agregador, ou seja, seria preponderante sua atividade imediata na transformação da matéria-prima física em mercadorias. Nesse sentido, a classe operária foi, durante todo o século XX, considerada como sinônimo de classe trabalhadora ou proletariado e definida centralmente pelo lugar que ocupava no processo de produção.

Partindo dessa definição de classe trabalhadora como classe operária, a “economia do conhecimento” apresenta suas teses. Para ela, os trabalhadores dessa nova economia não poderiam mais ser pensados como classe social, já que o conjunto de profissões, atividades,

qualificações profissionais, saberes e conhecimentos que a compõe teria se tornado tão variado e heterogêneo que se contraporía àquilo que define a classe operária: sua homogeneidade socioprofissional. Ou seja, a classe operária seria definida pela sua homogeneidade profissional e, pressupondo a tendencial redução da produção fabril de mercadorias tangíveis e o crescimento das mercadorias intangíveis, as sociedades capitalistas não poderiam mais ser analisadas com base no conceito marxista de classe social. Se o que define classe social é a apenas a sua qualificação ou atividade profissional, isto é, seus elementos socioprofissionais, o conceito de classe social marxiano teria se tornado ultrapassado.

Vale a pena resgatar *O Capital* de Marx, particularmente o capítulo cinquenta e dois, intitulado “*As Classes*” (Marx, 1998, p. 297-298), para qualificar como o autor se utiliza do conceito de classe social. Assim, poderemos retomar o debate sobre as classes na produção imaterial e qualificar as apropriações desse conceito no debate contemporâneo, sobretudo para qualificar a classe social para além de determinações socioprofissionais.

Apesar de inacabado, o capítulo cinquenta e dois oferece os argumentos suficientes e necessários para ultrapassarmos o terreno da definição economicista de classe social. Marx propõe ali, de início, uma leitura de como a estrutura social capitalista aparentemente se apresenta. Indica, dessa forma, que a sociedade capitalista seria formada por três grandes classes sociais: a capitalista, a assalariada e a dos proprietários de terra, na medida em que, à primeira vista, a identidade de rendimentos e as fontes de rendimento conformariam esses três grandes grupos sociais assim estratificados pelo salário, pelo lucro e pela renda da terra.

Marx, partindo das formas aparentes de representação dos indivíduos em grupos sociais os subdivide levando em consideração apenas a posição que o indivíduo ocupa no processo de produção e a renda que essa ocupação lhe proporciona. Nesse sentido, reduz a definição de classe social ao plano das determinações socioeconômicas. Na prática, as classes de capitalistas, de assalariados e de proprietários fundiários seriam apenas estratos sociais. Desdobrando o raciocínio de Marx, poderíamos defini-las com base em outros critérios sociológicos além da renda e do posto de trabalho. Assim, poderíamos nos utilizar do status, mérito, qualificação profissional manual ou cognitiva, cor, idade, prestígio, número de eletrodomésticos em uma residência familiar ou ainda a frequência com que se vai ou não ao cinema, ao estádio de futebol ou à ópera.

No entanto, no trecho seguinte, aprofundando seu raciocínio, Marx nos sugere que se nos limitássemos à superfície das determinações socioeconômicas de renda e de distribuição funcional na produção, teríamos de admitir que “[...] médicos e funcionários públicos, por exemplo, também constituíram duas classes, pois pertencem a dois grupos sociais diferentes,

em que os rendimentos dos membros de cada um deles fluem da mesma fonte. O mesmo seria válido para a infinita fragmentação de interesses e de posicionamentos em que a divisão do trabalho social separa tanto os trabalhadores quanto os capitalistas e proprietários de terra – estes últimos, por exemplo, em viticultores, agricultores, donos de florestas, donos de minas, donos de pesqueiros” (Marx, 1988, p. 298). Como afirma Marx, teríamos tanto e quantas classes sociais quanto mais houvesse divisões profissionais e de qualificação e, com base nelas, divisões de rendimento. Ou seja, o conceito de classe social se diluiria completamente e se identificaria amplamente com as noções sociológicas de categoria e ocupação profissionais próprias das teorias da estratificação social.

Não obstante, desenvolveu-se, no seio do próprio marxismo hegemônico do século XX, a tese segundo a qual as classes sociais, e particularmente a classe trabalhadora, seria definida apenas com base na renda e na posição que os indivíduos ocupam no processo de produção, termos que Marx, como demonstramos acima, já havia criticado no século XIX. Por exemplo, Nicolai Bukharin, em *Tratado de Materialismo Histórico* (1970 [1921]), define a classe social como “[...] um conjunto de pessoas desempenhando um papel análogo na produção [...]. Daí decorre que, no processo de repartição dos produtos, cada classe é unida pela identidade de sua fonte de rendimento” (Bukharin, 1970, p. 323). Essa interpretação das classes sociais prevaleceu na maioria dos teóricos marxistas influenciados pelos partidos comunistas durante o século XX.¹⁰ Interpretação que coincide absolutamente com aquela que Marx mostra estar circunscrita ao terreno das aparências sociais e que está fundamentada apenas em critérios de estratificação social.¹¹

A rigor, não há relação de causalidade direta entre a identidade profissional, material ou imaterial, e a unidade política de classe. Essa relação, primeiro, se restringe ao universo dos processos de trabalho e, segundo, promove uma derivação determinista, na qual um conjunto de trabalhadores, por ocuparem o mesmo local de trabalho e terem rendas semelhantes, se projetaria como força social classista. Nesse sentido, quando a “economia do conhecimento” indica a superação da divisão em classes, baseada em uma suposta

¹⁰ Há volumosas e rigorosas exceções, tais como as obras de Gramsci (2004), Poulantzas (1977) e Thompson (1998).

¹¹ Em 1932, no caderno 11 dos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci criticou não somente as implicações dessa concepção reducionista de classe social, mas, sobretudo, o substrato teórico-filosófico de Bukharin: “A filosofia do Ensaio Popular [de Bukharin] pode ser chamada de um aristotelismo positivista, de uma adaptação da lógica formal aos métodos das ciências físicas e naturais. A lei de causalidade, a pesquisa da regularidade, da normalidade, da uniformidade substituem a dialética histórica. Mas como, a partir deste modo de conceber, é possível deduzir a superação, a ‘subversão da práxis’? O efeito, mecanicamente, jamais pode superar a causa ou o sistema de causas; por isso, não pode haver outro desenvolvimento que não aquele monótono e vulgar do evolucionismo. Se o ‘idealismo especulativo’ é a ciência das categorias e da síntese a priori do espírito, isto é, uma forma de abstração anti-historicista, a filosofia implícita no Ensaio Popular é um idealismo invertido, no sentido de que conceitos e classificações empíricas substituem as categorias especulativas, tão abstratas e anti-históricas quanto estas” (Gramsci, 2004, p. 121).

heterogeneidade de funções, rendas e qualificações profissionais, deveria ter como objeto de crítica as concepções marxistas reducionistas desenvolvidas pelos partidos comunistas durante o século XX. Com base nesse reducionismo, que, ao final, foi corroborado também pela separação mecânica do que é ou não trabalho e trabalhador produtivo e improdutivo¹², simplificou-se a tarefa de identificar os trabalhadores que compunham ou não a classe operária, tomando-os como sujeitos históricos da revolução socialista e transformando a classe social e, em especial, a classe trabalhadora ou o proletariado, em um conceito positivista que manifesta apenas um conjunto enumerável de indivíduos dispostos em funções profissionais semelhantes.¹³

A contraposição conceitual de uma classe operária homogênea a um grupo profissionalmente heterogêneo, para demonstrar a caducidade da primeira, se assenta em um falso problema de pesquisa, sobretudo na medida em que ela é endereçada a Marx. Nas análises de conjuntura política que Marx desenvolve, por exemplo, em *As Lutas de Classes na França* (2012) ou em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* (2011), as dimensões política, ideológica e econômica estão imbricadas para qualificar a disposição das classes sociais. Não há, dessa forma, um elemento determinado de forma apriorística, seja ele econômico ou não, que tenha maior peso quando Marx observa as relações de classe dispostas socialmente na França entre os anos 1848 e 1850.

Resumidamente, quando a “economia do conhecimento” toma a classe operária como antípoda dos trabalhadores do imaterial, considera a primeira como um bloco homogêneo, definido com base em sua renda e na posição que os trabalhadores ocupam no processo de produção. Tem-se, com isso, a contraposição de duas categorias profissionais e não de duas classes sociais, uma que tem, predominantemente, como fundamento de seu trabalho as mãos e outra a cabeça. Em consequência, além de realizar uma comparação apenas entre categorias profissionais e não entre classes sociais distintas, define a classe trabalhadora com base em uma suposta homogeneidade que não leva em conta padrões culturais, de dominação, de valores, ideológicos e políticos. Essa redução analítica, que se restringe às determinações de renda, função ou qualificação profissionais, não permite que se estabeleça qualquer derivação que justifique a formação de uma classe (trabalhadora), seja na Ford de Michigan dos anos 1930, seja na Foxconn de Shenzhen dos anos 2010.

¹² Realizei a discussão da relação entre tempo de trabalho e trabalho produtivo e trabalho improdutivo, em: Amorim (2009, 2013).

¹³ Bensaïd faz alusão a essa questão, mostrando como o PC francês se utilizava ideologicamente de uma concepção restrita de classe operária para classificar quais seriam os trabalhadores que eram ou não sujeitos políticos revolucionários (Amorim, 2010).

A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA ATUALIDADE

Direcionando a discussão para analisar em que medida a utilização da força de trabalho, nas sociedades contemporâneas, combina a exploração do trabalho predominantemente manual e do trabalho predominantemente intelectual, lançamos mão, por fim, de uma diferenciação que a “economia do conhecimento” parece deixar de lado, qual seja, a diferença entre indústria e fábrica.

É na distinção entre indústria e fábrica que estão assentadas as maiores dificuldades para que a “economia do conhecimento” não vislumbre a exploração das atividades intelectuais nos marcos da produção tipicamente capitalista. Ao pressupor a teoria de Marx como uma teoria restrita ao industrialismo, as teses que compõem essa perspectiva encaminham o argumento de que indústria e fábrica seriam sinônimos e de que, com a relativa redução dos postos de trabalhos nas fábricas de bens de consumo duráveis, esse tipo de produção tenderia a dar lugar à produção imaterial. A indústria capitalista hoje, apesar de continuar a se desenvolver em suas formas tradicionais, foi reestruturada e tomou formas que articulam a produção tipicamente fordista, em que um conjunto significativo de operários trabalha em um mesmo local, e também formas industriais constituídas com base em redes de trabalhadores que vendem seus produtos a preços baixíssimos a grandes empresas. Nesse sentido, a noção de indústria não pode se reduzir à de fábrica. A indústria capitalista conforma um tipo de organização produtiva que tem como base a produção de mercadorias e a exploração do trabalho para a geração de lucro. Na medida em que esse tipo de produção se impõe como hegemônica, as outras formas se submetem e reproduzem sua lógica.

O que Ricardo Antunes (2013) chamou de “*nova morfologia do trabalho*” resume, em parte, o que estamos indicando aqui. A indústria e os serviços vinculados às telecomunicações e os trabalhos relacionados à inovação tecnológica cresceram vertiginosamente no mundo, particularmente no Brasil, a partir dos anos 1990, com o processo de privatizações iniciado no Governo Collor de Mello e radicalmente aprofundado no governo FHC. Assegurar as taxas de rentabilidade que esse setor em expansão abria se caracterizou como mais uma das fronteiras produtivas superadas pelo capital. Nesse sentido, todo um aparato produtivo privado foi organizado no Brasil, com a ajuda do Estado, para constituir uma produção imaterial lucrativa. Radicalizando as técnicas gerenciais e produtivas da indústria toyotista, a produção de informação e de serviços de informação e comunicação, oriunda do setor de telecomunicação, agregou alguns elementos que merecem destaque. Nas empresas de *telemarketing*, o alto índice de estresse, hipertensão e a alta rotatividade nos

postos de trabalho marcam essas atividades como uma das mais precarizadas no Brasil dos últimos anos.

Nesse mesmo sentido, Rosso destaca que “O trabalho imaterial produz impactos distintos do material sobre o empregado, devido não apenas ao tipo de serviço realizado, como especialmente às determinações a que sujeita o trabalhador. O labor imaterial intensificado apresenta um quadro específico de problemas à saúde do trabalhador” (Rosso, 2008, p. 144). No entanto, esse quadro de doenças no trabalho não se deve, especialmente, a características particulares ao trabalho imaterial, como tarefas repetitivas em períodos prolongados, pressão por produtividade e em relação à qualidade do trabalho realizado e no controle emocional.

Diante desse quadro que se generaliza na Europa, nos Estados Unidos, na China e no Brasil, como seria possível indicar a superação do trabalho assalariado, da valorização do capital e da classe trabalhadora? Ou ainda, em que medida as sociedades contemporâneas não mais estariam condicionadas centralmente pela produção de mercadorias que articula o trabalho assalariado, a produção do valor e a necessária presença da classe trabalhadora?

Ao contrário do que indicam os autores da “economia do conhecimento”, a produção industrial, no Brasil e no mundo, continua a se fundamentar na produção de mercadorias. A participação da produção industrial de bens duráveis, segundo dados Banco Mundial, por exemplo, no Produto Interno Bruto (PIB) indiano, saltou de 20% para 28% de 1960 para 2008. Já na China, esse percentual subiu de 37% para 47% do PIB no mesmo período. O setor de telecomunicações, no Brasil,¹⁴ teve o número de trabalhadores aumentado de 166,5 mil para 243,8 mil entre os anos de 1994 e 2011, se considerarmos a indústria, a implantação e os serviços desse setor.

Diante dos argumentos desenvolvidos neste texto, encerramos apontando que, como foi argumentado, o capital procura combinar a produção de mercadorias materiais e imateriais, articulando, para isso, regiões distintas e também diferentes aparatos tecnológicos e gerenciais. Essa combinação de formas de produção industrial tradicionais, com um continente cognitivo, que até ontem foi pouco explorado pelo capital, alargou a dominação e a exploração do trabalho, racionalizando ainda mais os processos de trabalho. Como desdobramento dessa condição de extrema subalternidade da classe trabalhadora, as teses que apresentam o trabalho imaterial como nova força produtiva – e, para tal, reconhecem o fim do trabalho, do valor e das classes sociais – se assentam em uma perspectiva que acaba por corroborar os preceitos mais centrais do atual processo de precarização do trabalho.

¹⁴ Segundo os dados do Teleco/Telebrasil, da RAIS e CAGED de 2011.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Henrique. O tempo de trabalho: uma chave analítica. *Sociedade e Estado*, Brasília, UnB, v. 28, n. 03, p. 503-518, 2013.
- _____. *Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo*. São Paulo: Annablume, 2009.
- AMORIM, Henrique; GALASTRI, Leandro. Teoria do valor, trabalho e classes sociais. Entrevista com Daniel Bensaïd. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, UNESP, n. 30, 2010.
- ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: _____. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BUKHARIN, Nicolai. *Tratado de materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970 [1921].
- DAHRENDORF, Ralf. *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*. Brasília: Ed. UnB, 1982 [1957].
- FAUSTO, Ruy. A pós-grande indústria nos Grundrisse (e para além deles). *Lua Nova: revista de cultura e política*, São Paulo, CEDEC, n. 19, p. 47-67, 1989.
- GORZ, André. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- _____. *Métamorphoses du travail. Quête du sens: critique de la raison économique*. Paris: Galilée, 1988.
- _____. *Les chemins du paradis: l'agonie du capital*. Paris: Galilée, 1983.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.
- LAZZARATO, Maurizio. Le cycle de la production immatériel. *Futur Antérieur*, [S.l.] n. 16, p. 111-120, 1993.
- _____. Les caprices du flux – les mutations technologiques du point de vue de ceux qui les vivent. *Futur Antérieur*, [S.l.], n. 4, 1990.
- _____. Le concept de travail immatériel: la grande entreprise. *Futur Antérieur*, [S.l.], n. 10, 1992, p. 54-61.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Toni. Travail immatériel et subjectivité. *Multitudes Web*, 1991. Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/spip.php?page=imprimer&id_article=474>. Acesso em: 17 fev. 2014.
- MARX, Karl. *O dezoito Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *As lutas de classe na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 [1844].
- _____. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1998.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse/Borrador)*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 2002.
- _____. *Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Hucitec, 1993 [1845].
- _____. Matériaux pour l'économie (théories de la plus-value), 1861-1865. In: _____. *Oeuvres*, Paris: Gallimard/La Pleiade, 1968. t. 2.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2005.

- MOULIER-BOUTANG, Yann. *Le capitalisme cognitif: la nouvelle grande transformation*. Paris: Éditions Amsterdam, 2007.
- NEGRI, Antonio. De l'avenir de la démocratie (débat avec Olivier Mongin). *Alternatives Internationales*, Paris, n. 18, 2004.
- _____. O empresário político. In: URANI, André *et al.* *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- _____. Capitalisme cognitif et fin de l'économie politique. *Multitudes*, [S.l.], n. 13, 2003.
- OFFE, Claus. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? *RBCS: revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, USP, v. 4, n. 10, p. 6-20, 1989.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- ROSSO, Sadi dal. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- THOMPSON, Edward. Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência'. In: SILVA, Sergio; LUIGI, Antonio. (Org.) *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. 1998. (Textos didáticos, v.2, n.10)
- TOURAINÉ, Alain. *Sociedade pós-industrial*. Lisboa: Moraes Editores, 1970.

Henrique Amorim – Doutor em Ciências Sociais. Professor de Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-Campus Guarulhos). Pós-doutor no Departamento de Sociologia (IFCH/UNICAMP) e na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Coordenador do projeto de pesquisa, financiado pela FAPESP e pelo CNPq: Classes Sociais e Valor na Teoria Social Contemporânea. Atua na área de Sociologia, com ênfase em sociologia do trabalho e teoria social, trabalhando principalmente com os seguintes temas: trabalho, movimentos e classes sociais, produção, processos de trabalho e valor. Além de artigos nesses temas, é autor dos livros: Valor-trabalho e imaterialidade da produção nas sociedades contemporâneas, publicado pelo CLACSO em 2012; Trabalho Imaterial: Marx e o debate contemporâneo, publicado pela Annablume/FAPESP em 2009; e Teoria Social e Reduccionismo Analítico: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho, publicado pela EDUCS em 2006.